

A ILHA DO RECIFE E A ILHA ANTÔNIO VAZ

Área central do Recife e seu patrimônio portuário, ferroviário e industrial, entre reconhecimentos e apagamentos

RECIFE ISLAND AND ANTÔNIO VAZ ISLAND
The central area of Recife and its port, railway, and industrial heritage, among recognition and erasure

Natália Miranda Vieira-de-Araújo¹

Resumo

Este artigo se propõe a observar as duas ilhas que compõem hoje a paisagem da área central da cidade do Recife, a partir de um olhar panorâmico sobre intervenções realizadas no recorte temporal dos últimos 20 anos, observando como seus vestígios históricos de área portuária, ferroviária e industrial – enquanto atividades que se imbricam com a função primeira que caracterizou a cidade – vem, por um lado, buscando o reconhecimento de seu valor patrimonial e, por outro, sendo o locus para grandes transformações urbanas que nem sempre se pautam pelas questões preservacionistas. Partindo do pressuposto que a necessária transformação para adequação da cidade à dinâmica contemporânea não deve ser vista como incompatível com a preservação de seu significado cultural, nos perguntamos se as ações recentes estão de fato trabalhando em prol da sustentabilidade em seu sentido amplo (cultural, ambiental, social e econômico) ou se as questões patrimoniais seguem comparecendo prioritariamente nos discursos e não nas ações que se materializam sobre as camadas construídas da cidade.

Palavras-chave: patrimônio portuário, patrimônio ferroviário, patrimônio industrial, Recife, preservação.

Abstract

This article aims to examine the two islands that today shape the landscape of the central area of Recife, through a panoramic view of interventions carried out over the past 20 years. It observes how their historical traces of port, railway, and industrial areas—activities closely intertwined with the city's original function—have, on one hand, sought recognition of their heritage value and, on the other, become the locus of major urban transformations that do not always adhere to preservationist concerns. Based on the assumption that the necessary transformation to adapt the city to contemporary dynamics should not be seen as incompatible with the preservation of its cultural significance, we question whether recent actions are genuinely promoting sustainability in its broad sense (cultural, environmental, social, and economic) or whether heritage issues continue to appear primarily in discourse rather than in actions materialized upon the city's built layers.

Keywords: port heritage, railway heritage, industrial heritage, Recife, preservation.

Recife, cidade das águas e do comércio

A formação da Capitania de Pernambuco, também chamada de Capitania Nova Lusitânia, em 1535, estando entre as primeiras formadas como parte do sistema de Capitania Hereditárias criado por D. João III para organizar o processo de colonização portuguesa no Brasil, envolveu a formação dos núcleos urbanos de Olinda (1535) e Recife (1537). Recife já nasce associado à função portuária, enquanto Olinda será o núcleo principal de início de ocupação pelos representantes da coroa portuguesa e das ordens religiosas, por sua condição topográfica que favorecia a defesa e paisagem aprazível. Assim, o Bairro do Recife, situado hoje na Ilha do Recife², tem seu valor patrimonial diretamente associado à condição portuária, favorecida pelas características ambientais do sítio, que caracteriza a identidade da área que corresponde ao núcleo urbano inicial da capital pernambucana. O período de ocupação holandesa de 1630 a 1654, com o incêndio de Olinda em 1630 e estabelecimento dos holandeses em Recife, transformou a cidade na capital do Brasil holandês e reforçou sua vocação para a atividade portuária e comercial.

A ocupação da área que hoje corresponde a atual Ilha do Recife, se estenderá para os bairros de Santo Antônio e São José, na atual Ilha Antônio Vaz, exatamente a partir do protagonismo que a área assume durante o período de ocupação holandesa, e se desenvolverá, especialmente a partir daí.³ A construção da primeira ponte de grande porte do Brasil, a hoje chamada Ponte Maurício de Nassau, construída durante a ocupação holandesa.

Além do crescimento urbano, as pontes proporcionaram o aumento do fluxo do comércio das mais variadas atividades econômicas, entre a cidade e o campo, possibilitando um melhor acesso às plantações e vilas localizadas mais no interior e a ligação destas e os principais atracadouros para fazer o escoamento, levando a produção da colônia para a capital. Sendo assim, as pontes são elementos imprescindíveis nesse contexto geográfico. E a ponte Maurício de Nassau, construída na época da ocupação holandesa (1630-1654) sobre o rio Capibaribe, foi a primeira ligação a primeira ocupação denominada Recife à Ilha de Antônio Vaz (Freitas, 2019, p. 2).

Freitas (2019) chama atenção para o papel das pontes nessa paisagem recifense, lembrando como estas são cantadas e versadas em nossa poesia.⁴ Também é preciso destacar que a ponte Maurício de Nassau hoje existente em concreto armado, obviamente, não é a mesma que foi construída pelos holandeses no período colonial, quando foi construída metade de rocha e madeira.⁵

2 A atual Ilha do Recife resulta de uma modificação na paisagem original do sítio. “O Istmo que ligava a península do Recife ao continente, na altura de Olinda, foi rompido no século XX, fazendo com que o Recife se configurasse exclusivamente em ilha” (Cabral, Pontual, 2011). Sobre este tema é possível consultar os arquivos da pesquisa “Istmo de Recife-Olinda: história, identidade e memória”, desenvolvida no âmbito do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (Pernambuco, Brasil) com financiamento do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura – FUNCULTURA e com a participação das pesquisadoras Anna Elizabeth Lago, Flaviana Lira, Magna Milfont e Renata Cabral, sob a coordenação geral da profa. Virgínia Pontual. A pesquisa utilizou a cartografia histórica como fonte de pesquisa primordial (Pontual et al, 2007).

3 Sobre esse processo de ocupação inicial da ilha, sugerimos consultar Menezes, 1988 e Menezes, 2015.

4 No blog “bairrodorecife.blogspot.com”, criado para divulgar “pinceladas de história sobre o berço do Recife”, é possível ver imagens históricas das várias pontes do Recife. Segundo este blog, a ponte Maurício de Nassau “É considerada a primeira ponte de grande porte do Brasil e a mais antiga da América Latina”: https://bairrodorecife.blogspot.com/2014/01/ponte-mauricio-de-nassau_4353.html. Acesso em 07 de agosto de 2025.

5 Em Freitas (2019) é possível acompanhar as transformações sofridas pela ponte Maurício de Nassau ao

¹ Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

Figura 1 - “Portal-balanço” com a frase “Aqui nasce o Atlântico”, localizada na Rua da Aurora. Foto: Natália Vieira, maio 2024.



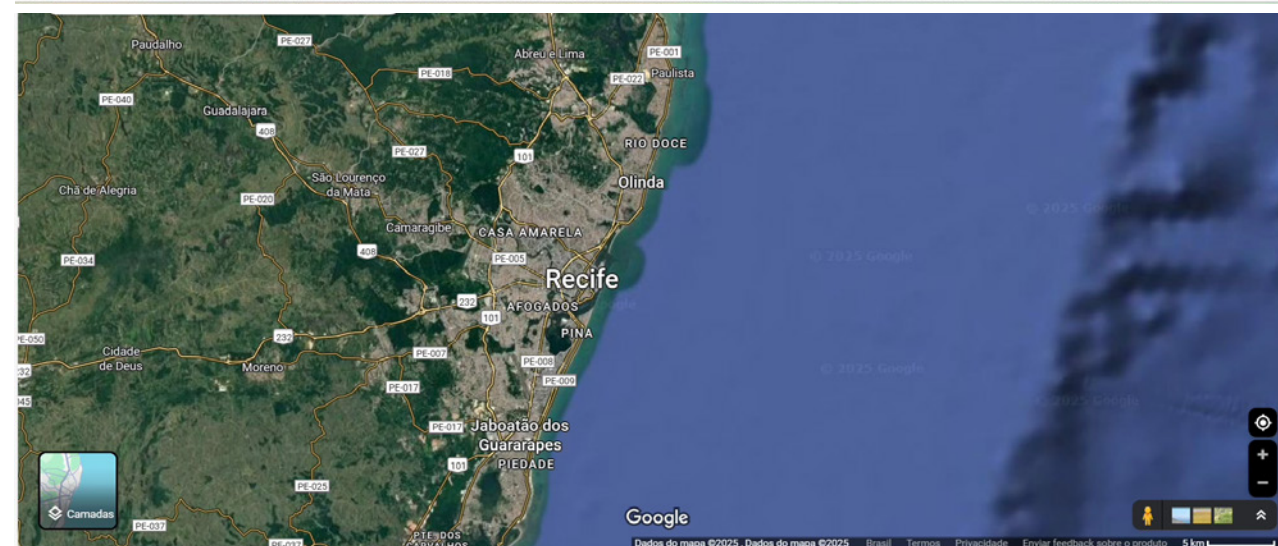
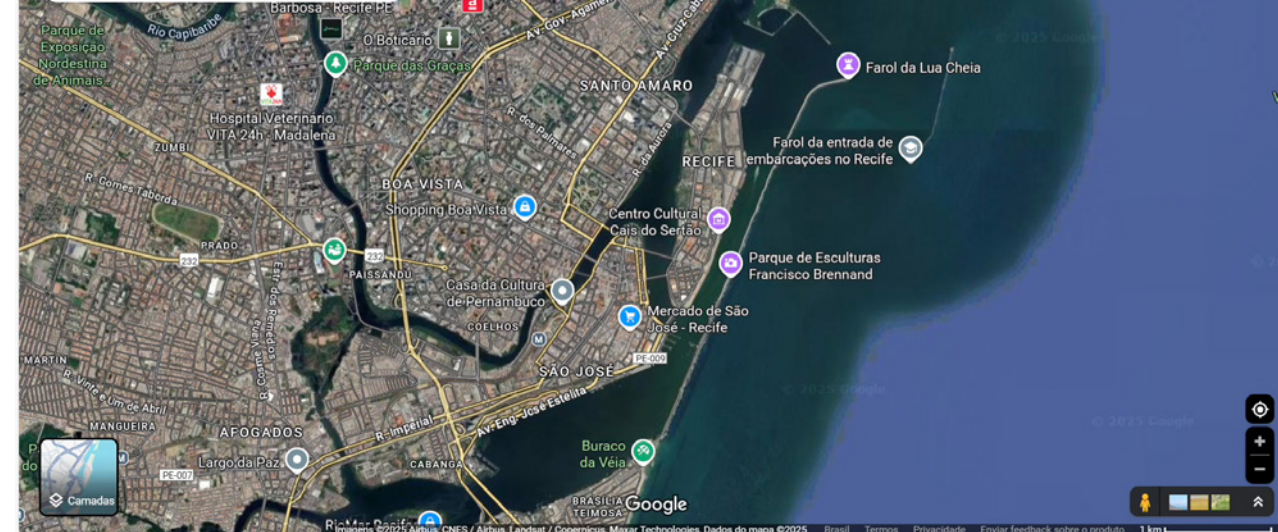
Assim, a paisagem que se caracteriza pela forte presença das águas, numa cidade cortada pelos rios Capibaribe, Beberibe e Tejiptó e por numerosos canais, se cruza e se imbrica, desde sua origem, com o uso portuário e comercial.

É importante destacar que, se por um lado, essa relação com as águas faz parte da identidade paisagística recifense, a atual condição de ilha, tanto da Ilha do Recife quanto da Ilha Antônio Vaz, que hoje compõem o núcleo central de Recife, é resultado de transformações ocorridas no decorrer do século XX. O antigo istmo, estreito e arenoso, que ligava Recife à Olinda e que possuiu um papel ativo no sistema de defesa e na atividade portuária que ajudou a desenvolver e interligar as cidades-irmãs, se rompeu no início do século XX (Cabral, Pontual, 2011).

Sabe-se que, entre 1912 e 1915, cerca de sete ou nove anos depois do registro feito por Douglas Fox, o Istmo sofreu um rompimento pelas águas do mar, devido a alterações nas vagas marítimas. Tais alterações foram provocadas pela construção do molhe de Olinda, na altura da Fortaleza do Buraco (Cabral, Pontual, 2011, p. 5).

Já a Ilha Antônio Vaz, em sua configuração atual, é o resultado de aterramento do manguezal e união de várias ilhas menores. Hoje, a área central do Recife forma uma paisagem de excepcional beleza paisagística na relação entre rios, pontes, arrecifes e ambiente construído. A relação com as águas, associada ao orgulho de ser pernambucano e ao jeito espirituoso de ser, levou à construção de uma das máximas populares pernambucanas mais célebres: “do encontro do rio Capibaribe com o rio Beberibe, nasce o Oceano Atlântico”. Máxima popular capturada, inclusive, por recente intervenção urbana “instagramável” bem característica da contemporaneidade, com a criação do “portal-balanço” com a frase “Aqui nasce o Atlântico”, localizada na Rua da Aurora.

longo do tempo pelo viés da cultura técnica. A autora dará ênfase neste artigo ao período que denomina “Modernidade Concreta”, com os ideais de modernidade e o desenvolvimento no Brasil da técnica do concreto armado.



Seu patrimônio construído abriga muitas camadas (Pontual, 2001), como a de cidade colonial e barroca (Menezes, 1988; Menezes, 2015), camadas de cidade resultante do período da reforma urbana no Bairro do Recife (Lubambo, 1991), nas primeiras décadas do século XX, com um conjunto eclético de destaque, camadas de resistência da cultura negra impregnada na construção da cidade (Guillen, 2023; Bernardes, 2013) e camadas resultantes de projetos de transformações modernizadoras que trouxeram para a área central também um significativo patrimônio moderno (Naslavsky, 2012; Moreira, 1999).

Assim, o Bairro do Recife, em conjunto com os bairros de Santo Antônio e São José, tiveram papel central no desenvolvimento da cidade até o início do século XX. O processo de modernização vivido a partir dos anos 1950 e a criação do Complexo Industrial Portuário de Suape, nos anos 1972 (com início de funcionamento em 1982), foram fatores decisivos para o esvaziamento e consequente degradação dessa área central. No site do Porto do Recife, é possível verificar todo esse processo de transformação do Porto do Recife por meio de uma “Linha do tempo”, que coloca os principais momentos dessa história (SUAPE, [20--]). Esse processo de transformação na área portuária, tem consequência sobre a vários equipamentos em operação no Bairro do Recife, a exemplo da estrutura industrial da fábrica de moagem de grãos chamada Moinho Recife. O Moinho Recife foi fundado em dezembro de 1914 (inaugurado em dezembro de 1919) e operou até 2009, quando suas atividades também foram transferidas para o Complexo de Suape.⁶

⁶ Fonte: <https://jornaldigital.recife.br/2025/03/27/moinho-do-recife-o-gigante-da-moagem-que-virou-referencia-em-retrofit/> Acesso em: 07 de agosto de 2025.

Figura 2 - Conformação atual da área central do Recife com as duas ilhas: do Recife, que abriga o Bairro do Recife e de Antônio Vaz, que abriga os bairros de Santo Antônio e São José. Figura 3 - Mancha de ocupação urbana do Recife mostrando sua situação de conurbação com os municípios vizinhos Olinda, ao norte, Jaboatão dos Guararapes, ao Sul e Camaragibe, a oeste. Fonte: Google maps, acesso em 08 de agosto de 2025.



Sobre os bairros de São José e Santo Antônio, é interessante destacar que é praticamente impossível falar de um sem falar do outro, já que os dois estão intimamente ligados, dividindo o espaço da atualmente denominada Ilha de Antônio Vaz e tendo sido separados enquanto bairros específicos, oficialmente, apenas a partir do século XIX.

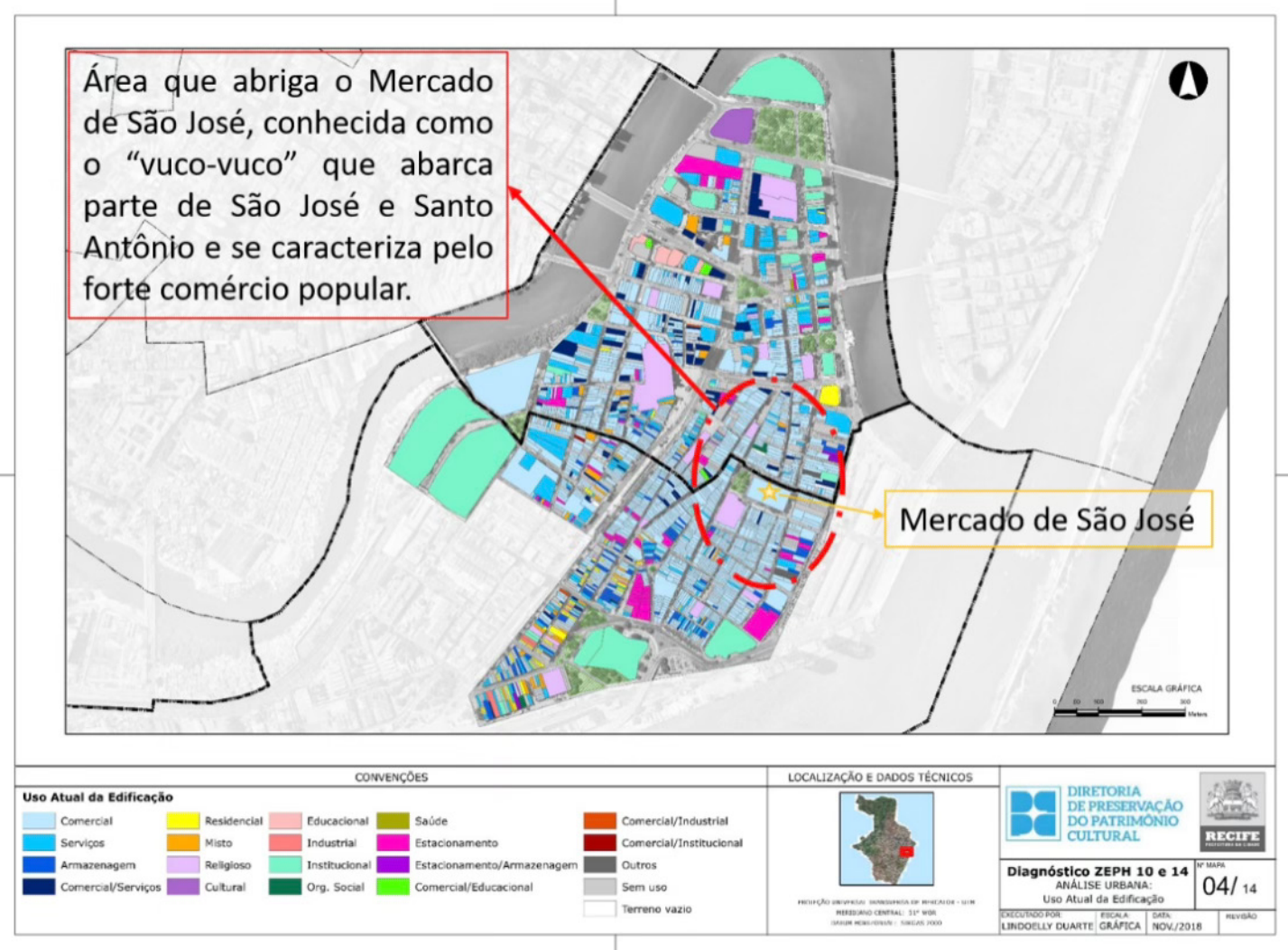
Na divisa oficial entre os dois bairros encontra-se um equipamento público que merece um comentário particular: estamos falando do Mercado de São José. Este equipamento exerce a função de mercado desde a conclusão de sua construção, e a sua importância para a área resulta de uma combinação singular entre materialidade e imaterialidade. Ao mesmo tempo que estamos falando de uma arquitetura imponente e revolucionária para o momento de sua construção no Brasil, estamos também falando de um uso



cotidiano e que está absolutamente ligado à alma do bairro de São José: a atividade comercial (Vieira-de-Araújo, 2021). O comércio atrai uma diversidade de pessoas dos mais diversos bairros da cidade, tendo importante papel na manutenção da centralidade da área, apesar do perverso processo de expansão urbana e esvaziamento do uso residencial da área central ao longo do século XX; a área ainda é reconhecida pela população como “A Cidade”, como muito bem ressalta Isabela Dutra em seu trabalho sobre a significância cultural do bairro de São José, tratando mais especificamente do trecho urbano que abarca o Mercado de São José (Dutra, 2018).

No mapa apresentado a seguir, desenvolvido pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC-Recife) e editado por nós, destacamos a localização do

Figura 7 - Vista do Marco Zero e de trechos da linha de armazéns portuários, destacada com uma seta, ao lado da Torre Malakof e em frente ao Museu Cais do Sertão que estava em construção, está a edificação industrial do antigo Moínho Recife que comentaremos mais a frente. Fotos: Natália Vieira, 21 de abril de 2017. Figura 8 - Vista de trecho de São José nas margens da baía do Pina onde pode se observar que a linha de Armazéns portuários que se estendiam pelo Bairro do Recife chega até São José. Destacadas com setas estão as Igrejas de São José e Basílica da Penha que comentaremos mais a frente. Fotos: Natália Vieira, 11 de janeiro de 2019.



Mercado de São José no exato limite entre os bairros, lembrando que nesse mapa aparece apenas parte da região geográfica que corresponde ao Bairro de São José. Aqui também podemos perceber a predominância esmagadora dos tons de azul, que representam os usos de comércio, serviço, armazenagem e comércio/serviço. Em artigo desenvolvido anteriormente, especificamente debruçado sobre o Mercado de São José e sua relação com o bairro que lhe empresta o nome, ressaltamos as dificuldades e desafios da área em consequência da ausência significativa na área do uso residencial:

Entretanto, é preciso ressaltar que esse comércio popular pulsante é, ao mesmo tempo, virtude e ruína, protetor e algoz para o bairro de São José. É o seu “canto de passarinho” que o faz belo, desejável e atrativo, mas que leva ao seu aprisionamento em gaiolas para que cante para distração de seu carcereiro, que faz com que sua estrutura arquitetônica sofra cotidianamente com a descaracterização e adequação às necessidades funcionais sem considerar os valores patrimoniais do conjunto urbano (Vieira-de-Araújo, 2021, p. 206).

Ao longo do século XX, o bairro de São José, bem como seu vizinho Santo Antônio, serão palco de grandes intervenções modernizadoras que alteram significativamente sua estrutura urbana e arquitetônica, entre as quais seguramente se destaca a abertura da Avenida Dantas Barreto, iniciada na década de 40, rasgando a ilha de norte a sul, deixando um rastro de demolição do tecido preexistente e fraturando algumas permanências.⁷ Pontual, Milfont e Piccolo (2007), ao apresentar o intenso

⁷ Sobre as reformas urbanas modernizadoras do “urbanismo demolidor” sofridas pela Ilha de Antônio Vaz



Figuras 10 e 11 - Roda capoeira em frente ao Mercado de São José e Noite dos Tambores Silenciosos no pátio do Terço. Fonte: Isabela Dutra, 2018; Marina Corrêa 2018.

debate urbanístico do Recife desde finais do século XIX e especialmente durante a primeira metade do século XX em busca de um “Recife moderno”, ressaltam que a ideia de construção de um eixo norte-sul cortando transversalmente os bairros de Santo Antônio e São José (atual Av. Dantas Barreto) já está presente desde os planos desenvolvidos ainda na década de 20, apesar de sua execução ser iniciada apenas ao final da década de 40, chegando inclusive a ser questionada na década de 60 por conta das mudanças em curso no pensamento urbanístico e concluída na década de 70, já completamente “fora do lugar” e em contradição com as reflexões daquele momento. Esse processo de transformação física é acompanhado também por um processo de transformação funcional, marcado especialmente pelo esvaziamento do uso residencial na área central do Recife.⁸

É bom lembrar também o forte papel exercido pelos festejos populares na identidade do bairro de São José, com suas procissões, festas religiosas e agremiações de Carnaval. São José se constituía como local-sede de um significativo número de clubes carnavalescos, como o Clube das Pás Douradas (1888), o Clube Vassourinhas (1889), o Clube Misto Bola de Ouro (1915), o Bloco Misto Batutas de São José (1932) e o Clube de Máscaras do Galo da Madrugada (1978), entre vários outros. Infelizmente, hoje, várias sedes não se encontram mais inseridas no Bairro, muitas vezes tendo se

ao longo do século XX, temos uma vasta e detalhada bibliografia, entre as quais destacamos: Piccolo e Pontual, 2008; Reynaldo, 2017; Outtes, 1991; Pontual, Milfont e Piccolo, 2007; e Moreira, 1999.

⁸ Sobre o bairro de São José e as narrativas sobre sua descaracterização (será? em que medida? a quem serve essa narrativa? Quais as permanências?) e esvaziamento sugerimos a leitura do livro organizado por pesquisadoras no Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural da UFPE reunindo uma série de pesquisas sobre o bairro que permitem um olhar, mas plural sobre este: “São José, olhares e vozes em confronto. Um bairro patrimônio cultural do Recife” (Pontual, Cabral, Pereira e Lira, 2021).



deslocado para o subúrbio da cidade. A Igreja de Nossa Senhora do Terço com o Pátio do Terço e a casa de Badia⁹ destacam-se pelo seu papel na religiosidade e cultura afro-pernambucana. Desde 1968, este pátio abriga a cerimônia sagrada e profana da Noite dos Tambores Silenciosos.¹⁰

Outra marca forte do conjunto urbano desses dois bairros¹¹, dessa vez resultante do longo período de influência portuguesa, corresponde ao fato de a área ser fortemente marcada pelos edifícios religiosos e seus pátios, seguindo uma lógica barroca de estruturação do espaço urbano. As anotações para aulas e desenhos do professor

9 A Casa de Badia possui tombamento estadual. Em site sobre a memória da escravidão em Pernambuco é possível acessar um resumo sobre a importância do Pátio do Terço e da Casa de Badia para a cultura negra: "Localiza-se ainda no Pátio do Terço a casa e terreiro da ialorixá Maria de Lourdes da Silva, conhecida como Badia, uma das principais figuras do xangô de Recife e sucessora das famosas Tias do Terço, Sinhá e Yayá, filhas de Tia Eugênia, uma das mais antigas ialorixás do Recife. Costureira, Badia foi considerada grande foliã e responsável por colaborar com várias agremiações carnavalescas. Com o falecimento de Badia, no ano de 1991, a casa se tornou a residência de seus familiares. Também conhecido como Espaço Badia." Disponível em: <https://memoriaescravidaope.wordpress.com/tag/patio-do-terco/> Acesso em 30 de julho de 2025.

10 Fonte: ANDRADE, Maria do Carmo. Noite dos Tambores Silenciosos. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaesco-lar/index.php?option=com_content&id=198. Acesso em: 20/04/2020. Consultar também: CUNHA, Maximiliano W. C. da. O som dos Tambores Silenciosos: Performance e Diáspora Africana nos Maracatus Nação de Pernambuco. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Cultural – UFPE, 2009.

11 Sobre São José e Santo Antônio sugerimos ainda a leitura de duas dissertações de mestrado orientadas pela autora: Borges, 2023 e Araújo, 2024.

José Clewton do Nascimento, da UFRN (desenvolvidos ao longo do mês de abril de 2020 no que o autor chamou de Diário da Quarentena), destacam essa característica, que permanece marcada até hoje, apesar das grandes transformações sofridas pela área (ver Figuras 11 e 12). Especialmente ao tratar do Pátio de São Pedro, Nascimento (2020) analisa de forma clara e contundente as características dessa conformação:

Hoje registro um dos espaços mais significativos da morfologia espacial da capital pernambucana, referente ao período colonial: o pátio de São Pedro. A força do desenho desse espaço urbano está em sua configuração como um “espaço fechado”, que vai sendo descoberto aos poucos no percurso: de uma sensação de estreitamento, marcada pela configuração das vias que dão acesso ao pátio, ao chegar neste, tem-se uma experiência de “explosão”, ampliação do espaço, para dar notabilidade ao templo, um belo exemplar da arquitetura religiosa pernambucana, marcado pela verticalidade. Do lado direito do desenho, registro a presença dos equipamentos que abrigam o comércio popular / informal, tão característico da área.

Os bairros do Recife, Santo Antônio e São José e o reconhecimento enquanto patrimônio cultural: onde entra o patrimônio portuário, ferroviário e industrial?

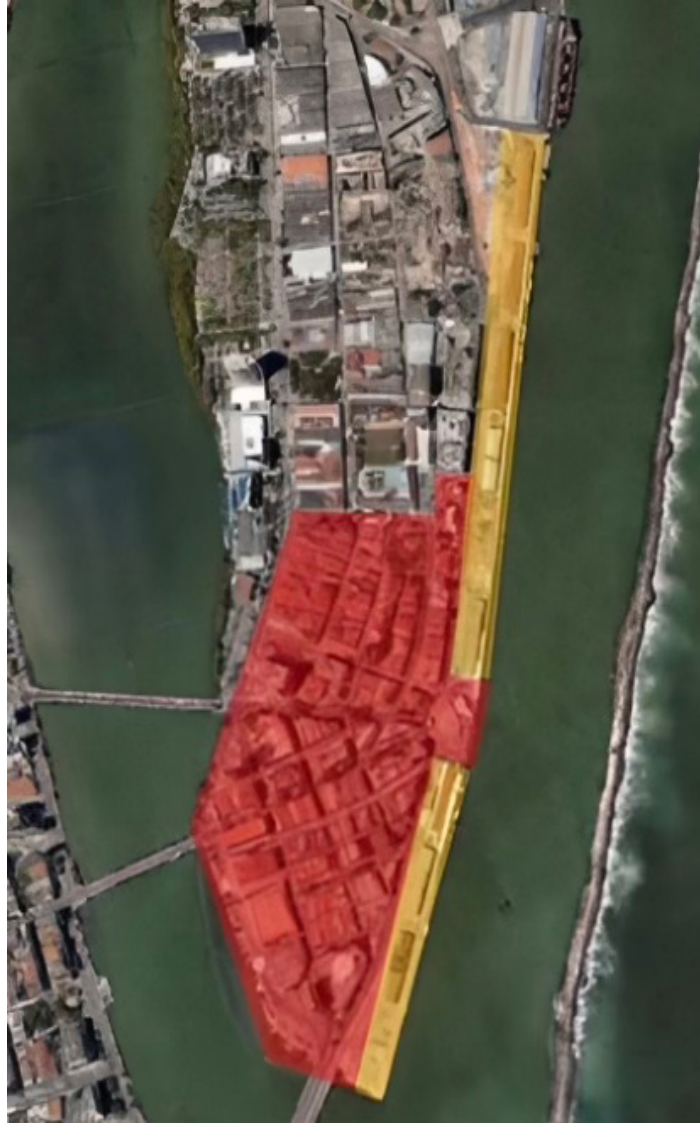
Como é comum acontecer, os momentos de tensão modernizadora correspondem também àqueles onde se desenvolve uma reflexão crítica em torno das questões preservacionistas. Assim, as modernizações ocorridas entre os anos 50 e 70, levaram a discussão que culminou com a elaboração do primeiro plano de preservação do Recife. Assim, a legislação para a preservação patrimonial no Recife tem como marco inicial importante a elaboração do Plano de Preservação de Sítios Históricos do Recife (PPSH-Recife – Lei no 13.957, de 1979) pela Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (Fidem). Na verdade, ele nasce como um desdobramento do Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR), publicado em 1978.

É a partir desse momento que serão criadas as atuais ZEPHs, nesse momento chamadas apenas de Zonas de Preservação (ZPs).²⁸ Os anos 1980 vão, então, inaugurar as primeiras ações (planos e regulamentações) que visam à requalificação da área e seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural.

Posteriormente, essa determinação foi absorvida pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) no 14.511/83, sendo as ZPs renomeadas como Zonas Especiais de Preservação (ZEP). Em 1996, a nova LUOS (lei no 16.176/96) alterou a denominação da Zona Especial de Preservação (ZEP) para Zona Especial de Preservação do Patrimônio Cultural (ZEPH). As ZEPH passaram a incorporar o termo “cultural”, que permite atribuir a esses sítios históricos valores provenientes da dimensão imaterial e natural, incluindo a paisagem (DPPC, 2019, p. 5, grifos da autora).

O bairro de São José compõe, junto com o bairro de Santo Antônio, Bairro do Recife e parte do bairro da Boa Vista, o núcleo central mais antigo de formação da cidade do Recife, sendo que os dois primeiros estão delimitados, pela legislação de preservação municipal, enquanto Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural 10 (ZEPH 10 - Lei no 16.176/96). Além disso, nesta área central temos uma grande concentração de imóveis tombados individualmente pelo IPHAN.

Figura 14 - Em vermelho, a poligonal de tombamento federal do Bairro do Recife; em amarelo, a linha dos Armazéns 7 a 14. Fonte: Google Earth, editado por Clara Patrício (2017).



Em São José, por exemplo, temos um bem arquitetônico cultural, o Mercado de São José (Gomes, 1979; Gomes, 1985), reconhecido nacionalmente por seus valores enquanto monumento de destaque, exemplar marcante da “arquitetura do ferro” no Brasil, tombado desde 1973 em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e registrado no Livro do Tombo de Belas Artes.

Será apenas no final da década de 1990 que o Bairro do Recife alcançará a condição de sítio histórico tombado pelo IPHAN. No processo de implementação do Plano de Revitalização do Bairro do Recife dos anos 90, que comentaremos a seguir, é realizado todo um esforço para o alcance desse reconhecimento nacional que significará a possibilidade, depois concretizada, do Bairro do Recife ser uma das áreas de atuação do Programa MONUMENTA-BID. Parte do Bairro do Recife é tombado a nível federal pela Portaria nº 263 em 23 de julho de 1998 (IPHAN, [20--]). Entretanto, chama atenção o fato de que o reconhecimento da área não engloba sua característica linha de armazéns portuários e nem a frente de água que o compõe (Figura 13). Obviamente que o valor dos armazéns portuários não se encontra em sua excepcionalidade ou característica arquitetônica particular e sim enquanto parte constituinte da paisagem portuária do bairro e sua ambiência geral.

Apesar desse reconhecimento relativamente recente, o Bairro do Recife já era reconhecido como ZEPH pelo município e correspondente a ZEPH-09. Com a institucionalização do Plano de Revitalização, através da Lei 16.290/97, foram estabelecidos três setores para o bairro com parâmetros urbanísticos diferentes para cada um: o Setor de Consolidação Urbana (SCU), o Setor de Intervenção Controlada (SIC) e o Setor de Renovação (SR).

O Istmo de Olinda e Recife também é reconhecido por seu valor patrimonial, apesar de não contemplar toda a sua complexidade:

O Istmo de Olinda e Recife era uma faixa de terra que ligava o porto do Recife à vila de Olinda, na Capitania de Pernambuco. No século XX, ele foi reconhecido pelos organismos de salvaguarda do patrimônio cultural em duas dimensões de classificação - a cultural, mas apenas pela presença das ruínas do forte do Buraco, e a paisagística, devido às áreas naturais de mangues e alagados. A cartografia produzida desde o século XVII, contudo, o representava como importante lugar de defesa e de ligação, trazendo elementos para uma possível valoração histórica e mais alargada valoração cultural desse espaço. A própria permanência desse espaço na cartografia durante séculos pode ser visto como elemento significativo nessa valoração. A falta de fundamentos históricos sobre o lugar conferiu a ele um equivalente jurídico que não o protegeu em toda a sua significação (Cabral, Pontual, 2011).

No bairro de São José é preciso destacar o reconhecimento através do instrumento de “valoração do patrimônio ferroviário”, do valor patrimonial do Parque Ferroviário das Cinco Pontas. No mapa abaixo, observamos como a ZEPH 10 abarca apenas um pequeno trecho de São José, contíguo a Santo Antônio e que a área do Parque Ferroviário das 5 Pontas permanece fora dela (área em amarelo), mas será objeto de valoração do patrimônio ferroviário.

Além de estar situado no entorno imediato de 16 Monumentos Nacionais preservados pelo Iphan, o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas é ainda um precioso documento sobre a memória ferroviária de Pernambuco e do Brasil, e um bem de enorme valor para a história de Recife. O pátio foi implantado sobre zona de aterramento contígua ao antigo Aterro dos Afogados, realizado no século 17 por iniciativa dos holandeses para ligar o Forte das Cinco Pontas, Monumento Nacional desde 1938, e o Forte do Príncipe Guilherme (demolido no início do século 19). Essa área aberta compunha um sofisticado sistema defensivo de mar, rios e canais, demarcando também a entrada por terra da região produtora de açúcar. Além disso, ao longo do pátio, sobre o aterro dos Afogados, encontra-se o traçado da primeira linha férrea de Pernambuco, segunda do Brasil, que visava ligar o Recife ao rio São Francisco (Santos, Lage, 2021).

É importante lembrar que houve uma tentativa frustrada de tombamento federal dessa área do Cais Estelita e do Pátio Ferroviário das 5 Pontas, mas esta foi arquivada pelo IPHAN na reunião do Conselho Consultivo de 06 de maio de 2016 (Santos, Lage, 2021). Santos e Lage (2021) apresentam detalhadamente os valores patrimoniais da área que justificaram o pedido de tombamento:

A chegada da ferrovia ao Porto do Recife estabelece uma conexão indissociável e fundamental entre a área do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas/Cais José Estelita, o Porto e o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do Bairro do Recife, tombado pelo Iphan em 1998, assim como entre os sistemas de transporte ferroviário e naval que contribuíram para a transformação e configuração de uma das paisagens mais significativas da cidade.

Figura 15 - Mapa apresentando a sobreposição de legislações preservacionistas na área da ZEPH 10, construído e apresentado no Diagnóstico Propositivo para as ZEPHs, desenvolvido pela DPPC-Recife. Fonte: DPPC, 2019.

Portanto, e é importante assinalar, o que motivou o pedido de tombamento foi o valor cultural do bem em questão, seu reconhecido conteúdo histórico, artístico, arqueológico de legítima e reconhecida expressão cultural. Se a preservação destes valores e seus suportes implicaria na revisão de qualquer empreendimento destinado a ocupar a área e sua vizinhança, a finalidade do pedido de abertura de processo de tombamento certamente não é impedir a verticalização de uma área atendendo aos anseios da população (mesmo que tenha ido ao seu encontro...), ou fazer do Iphan árbitro de questões urbanas se substituindo à municipalidade, como foi alegado. Consideramos que, de fato, trata-se aqui: de ampliar a área de tombamento e de entorno do Forte das Cinco Pontas; de confirmar que a ampla abertura em conexão com o mar é elemento que compõe o bem tombado, essencial para seu entendimento; e de reiterar que a relação entre o forte e o pátio ferroviário é de extrema relevância, definindo um valor histórico que também é o valor de conjunto. Ou seja: não há como dissociar o Pátio das Cinco Pontas do Forte das Cinco Pontas (Santos, Lage, 2021).

Por fim, como vimos no item anterior, o Bairro do Recife também abriga antigas estruturas industriais como o Moinho Recife que, apesar de estar inserido em um conjunto protegido, sendo, portanto, objeto de proteção enquanto conjunto, também não possui nenhum reconhecimento formal específico.

Assim, observamos, a grande dificuldade de reconhecimento do valor patrimonial do chamado patrimônio industrial, portuário e ferroviário apesar deste estar tão intimamente ligado à identidade de constituição desta área central de Recife. Ressalte-se ainda

que se trata de uma área bastante marcada pelo reconhecimento de seu patrimônio barroco colonial e eclético da virada do século XIX para o XX. Quais as consequências de tais delimitações? Esses vestígios portuários, industriais e ferroviários não são mesmo importantes para a paisagem recifense?

Entre reconhecimentos e apagamentos: uma queda de braço entre gigantes econômicos e gigantes culturais

Os reconhecimentos de valores enquanto patrimônio cultural, destacados no item anterior, têm dado conta da preservação de uma área tão sensível, com uma paisagem singular e onde é possível se identificar uma relação de forte apropriação cultural e popular com o espaço, sem se perder de seus atributos mais característicos, em suas dimensões materiais e imateriais?

Aqui, propomos um olhar panorâmico em voo de pássaro, destacando a forma como alguns empreendimentos têm sido mobilizados pela imprensa e pela própria estratégia de marketing de seus empreendedores, para visualizarmos o que tem acontecido com o patrimônio portuário, ferroviário e industrial das ilhas do Recife e Antônio Vaz. O que nos comunica a sequência de empreendimentos: Pier Maurício de Nassau e Pier Duarte Coelho (construídas entre 2005 e 2009); Moinho Recife (parte inaugurada em 2022 e parte ainda em fase de finalização); complexo que inclui o Novotel, a Marina e o Recife Expo Center (Centro de Convenções do Recife), inaugurados em 2024; e Projeto Novo Recife, atualmente referido como Novo Cais (as primeiras torres inauguradas já estavam construídas no início de 2024).

O voo de pássaro proposto baseia-se, e remeterá, a trabalhos que vem sendo desenvolvidos pela autora do presente artigo e seus orientandos de iniciação científica, trabalho final de graduação, mestrado e doutorado e também por outros pesquisadores, onde pode-se observar a análise aprofundada de vários destes projetos. Aqui, nosso objetivo é mesmo a visão panorâmica de conjunto através de imagens dos projetos inseridos na paisagem das Ilhas do Recife e Ilha de Antônio Vaz e a atenção aos termos e palavras mobilizados pelos empreendimentos em suas peças de publicidade.¹²

Será o Plano de Revitalização do Bairro do Recife, na década de 1990, que inaugurará uma nova etapa e direcionamento para as intervenções na área, buscando o objetivo simultâneo da preservação aliada à sua exploração econômica (Lacerda, 2007; Vieira, 2007). Será que as questões preservacionistas têm tido o mesmo peso que os números envolvidos nas contas da exploração econômica? Como tem sido a relação entre “gigantes econômicos” e “gigantes culturais”? Em especial, ao lidar com o patrimônio ferroviário, portuário e industrial estamos lidando com grandes áreas inseridas na malha urbana, em desuso e ainda com sérias dificuldades de reconhecimento de seu valor patrimonial, como ficou muito claro no item anterior. Essa combinação parece vir sendo a receita perfeita para que gigantescas torres e grandes empreendimentos venham conseguindo ofuscar a identidade cultural de nossa área central. Onde está nossa riqueza? Quais gigantes queremos perpetuar em Recife? Esse alerta já vem sendo dado por várias pesquisas (Vieira-de-Araújo, 2021, p. 206):

No século XXI, as grandes transformações urbanísticas do século XX serão substituídas por uma pressão que, dessa vez, se concentrará muito mais sobre a estrutura arquitetônica, porém com consequências

12 No âmbito do Grupo de Pesquisa do CNPq: Patrimônio Cultural-Teoria, Projeto de Ensino que está abrigado pelo Laboratório de Urbanismo de Patrimônio Cultural da UFPE (LUP-UFPE).

Figuras 16 e 17 - A “Torres Gêmeas” se impondo na paisagem histórica da área central recifense, esquerda, em vista para a Igreja São Pedro dos Clérigos, em Santo Antônio, e, à direita, em vista para o Mercado de São José no bairro homônimo. Fonte: Juliana Alecrim, 2023 e Isabela Dutra, 2018.



sérias para o conjunto urbano, em mais uma tentativa de higienização da área central, sob uma nova perspectiva. Nesse contexto de espetacularização do espaço urbano, três grandes projetos chamam atenção: as chamadas “Torres Gêmeas”, oficialmente Edifícios Píer Maurício de Nassau e Píer Duarte Coelho, que, construídas após um longo embate sobre a sua legalidade dentro dessa estrutura urbana patrimonial, rompem com a escala do bairro de São José e passam a competir na paisagem com o conjunto urbano do bairro (VERAS, 2017); o megaprojeto imobiliário proposto para o Cais José Estelita, atualmente aprovado e com primeiros edifícios em construção a partir de 2020, apesar do movimento fortíssimo e de repercussão internacional que se constituiu em prol da preservação da área objeto de intervenção: o Ocupe Estelita (VIEIRA, 2019); e, por fim, o projeto Porto Novo, cuja segunda fase — apenas com início anunciado — está diretamente ligada às intenções de requalificação da área de entorno e do próprio Mercado de São José.

O perímetro da legislação de proteção federal que não abarca os armazéns do Porto e ZEPH municipal que não alcança a borda d’água em Santo Antônio e São José trouxeram consequências graves para o tratamento da área enquanto conjunto de valor patrimonial. A implantação das popularmente chamadas “torres gêmeas pernambucanas” é resultado de um desses lapsos de legislação, nesse caso no bairro vizinho, o bairro de São José, e demonstra as graves consequências para a leitura da paisagem de uma área histórica (Lapa, 2011).

Na figura 07, anteriormente apresentada, fica clara a grande fratura na escala da área central que as duas torres provocam. As torres das igrejas que costumavam marcar a paisagem são esmagadas por essas duas gigantes torres que valorizam a vista para a água, se voltam de costas para a área central e não promovem nenhuma relação com a área de entorno onde se inserem.¹³ Interessante observar o nome escolhido para os edifícios que buscam inspiração na história de formação de Olinda e Recife. Ironia? O fato é que elas agora se intrometem em vários ângulos da paisagem de marcos históricos dos bairros de Santo Antônio e São José.

Apesar da linha dos armazéns portuários ficar de fora da delimitação de tombamento nacional, observa-se uma preocupação para com a preservação dessa identidade portuária quando se estabelece o Núcleo Técnico de Operação Urbana (NTOU), no âmbito da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Pernambuco, para o desenvolvimento de um plano de intervenção para esses, com o lançamento em 2012 do Projeto Porto Novo. No artigo desenvolvido por Vieira-de-Araújo, Souto Maior e Araújo (2025) é possível observar uma análise detalhada sobre o destino de tais Armazéns e sobre as diferenças entre as propostas iniciais do NTOU e o que de fato será realizado.

O projeto previa uma revitalização desde o Armazém 7, no Bairro do Recife, até o edifício Pescado Silveira, no bairro de São José, ao longo da linha d’água dessa área central. Para os Armazéns 7, 10 e 11, foram contratados escritórios de arquitetura específicos para o desenvolvimento dos projetos, que deveriam seguir os princípios gerais estabelecidos pelo plano geral desenvolvido pelo NTOU.¹⁴ Já os Armazéns 9, 12, 13 e 14 tiveram projeto arquitetônico totalmente desenvolvido pela própria equipe do NTOU, composta por um corpo técnico multidisciplinar e chegaram a ser registrados e aprovados nos órgãos licenciadores locais: “[...] o NTOU redesenhou a área portuária não-operacional com o objetivo de abrigar *um complexo de turismo, cultura e lazer, de escala metropolitana, a ser executado pela iniciativa pública e com uso cedido a particulares*, nos termos da lei. [...] O objetivo do NTOU foi estabelecer *diretrizes de desenho urbano, ressaltando a oferta qualitativa de espaços públicos, e desenvolver uma intervenção sobre a paisagem, considerando o contexto pré-existente* (Brandão; Borba; Carvalho, 2012, p. 110-112 *apud* Brandão, 2012, p. 110, grifos nossos)” (Vieira-de-Araújo, Souto Maior, Araújo, 2025, p. 369-370).

13 Sobre o impacto destas na paisagem recifense e sobre o papel desta paisagem para a cidade, sugerimos a leitura da belíssima tese desenvolvida pela professora Lúcia Veras, premiada no Capes Tese 2015 e publicada como livro em 2017: Paisagem Postal: Paisagem-postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano. Um resumo didático dela está disponível na vídeo-aula: <https://www.bing.com/videos/riverview/relatedvideo?q=Paisagem+Postal+I%3%bacia+vera&mid=2475895A4500B3A4B-8D52475895A4500B3A4B8D5&&FORM=VRDGAR> Acesso em 20 de julho de 2025.

14 O Armazém 7 foi projetado para abrigar o Terminal Marítimo de Passageiros, com projeto desenvolvido pelo escritório local Andrade & Raposo Arquitetos. Como Brendle e Vieira (2012) identificam no artigo “Cais do Sertão Luiz Gonzaga no Porto Novo do Recife: destruição travestida em ação de conservação”, o Armazém 10 foi demolido para dar lugar ao Museu Cais do Sertão projetado pelo escritório paulista Brasil Arquitetura, apesar de haver uma lacuna urbana adjacente ao Armazém, o Pátio do Moinho, que poderia abrigar a nova edificação. No caso do Armazém 11, o arquiteto Carlos Augusto Lira foi o responsável pelo projeto, onde foi instalado o Centro de Artesanato de Pernambuco (Vieira-de-Araújo, Souto Maior, Araújo, 2025, p. 369-370).

No caso do Bairro do Recife, desde a revitalização proposta nos anos 90, apesar das críticas que se pode fazer ao modelo geral, chama atenção a tentativa de enfrentamento de um dos principais desafios para o alcance do equilíbrio nas chamadas parcerias público x privadas (Vieira, 2007). No projeto voltado aos Armazéns do Porto, o investimento na criação de um corpo técnico que faria o planejamento geral da área como norte da atuação dos investidores privados com vistas ao tratamento adequado do patrimônio cultural da região e à atenção para com a população local, deveria garantir a permanência das rédeas da situação com o poder público (Brandão, 2012). Porém, não será exatamente isso que ocorrerá.

Entretanto, apesar da elaboração desses projetos pelo NTOU, no decorrer do processo de implementação do projeto maior, decidiu-se pela elaboração de um edital de licitação para a exploração dos armazéns, segundo o qual as empresas vencedoras do processo licitatório poderiam reelaborar seus próprios projetos. A justificativa para tal decisão se baseou na defesa de que assim seria possível um planejamento mais adequado às atividades que seriam realizadas em cada edificação. Com isso, abriu-se espaço para intervenções que passaram a ter, em muitos pontos, uma maior atenção aos aspectos relacionados à melhor exploração econômica dos imóveis do que aos critérios de intervenção na preexistência desenvolvidos pelo NTOU¹⁵, colocando, assim, a preservação do patrimônio em segundo plano (Mendonça, 2014). Ressaltamos ainda que não deveria ser necessário escolher entre a preservação do patrimônio e sua exploração econômica, ambas as coisas devem caminhar de forma conjunta e complementar. Esse permanece sendo o nosso desafio (Vieira-de-Araújo, Souto Maior, Araújo, 2025, p. 369-370).

Em entrevista realizada por e-mail, em 2018, com o coordenador do projeto no NTOU, Zeca Brandão nos explica a razão da troca dos projetos arquitetônicos:

Quando estávamos elaborando o edital de licitação, onde a primeira parte do projeto - waterfront Bairro do Recife - seria bancado pelo poder público e alugado para o setor privado, apareceu um grupo privado interessado em bancar as obras referentes aos armazéns, desde que pudesse fazer os seus próprios projetos arquitetônicos. Apesar de ter sido veemente contra essa opção, o governo viu nessa proposta mais vantagens do que desvantagens (Brandão, 2018).

O depoimento acima reforça nosso entendimento de que o que deveria ser uma “parceria” entre público e privado, acabou se tornando mais um exemplo onde o poder público abriu mão de sua função de planejador e cedeu à pressão da iniciativa privada. Nessa esteira, o Projeto Porto Novo atravessa a ponte e chega a São José, apesar de muitas vezes não se referir sequer ao nome desse bairro. A manchete abaixo já anunciava, em 2020, os investimentos para essa área de borda d’água contígua às já instaladas “torres gêmeas”.

15 Para análise do “caráter arquitetural das intervenções realizadas nos armazéns do Porto do Recife, que fizeram parte do Projeto Porto Novo, e sua relação com o contexto urbano onde estão inseridos” consultar o trabalho desenvolvido pela autora em parceria com uma orientanda de iniciação científica e uma orientanda de trabalho final de graduação (Vieira-de-Araújo, Souto Maior, Araújo, 2025). Nessa pesquisa, foram consultadas plantas e perspectivas divulgadas pelo NTOU e dos projetos executivos disponibilizados pela Secretaria-Executiva de Controle Urbano (SECON) – tanto os desenvolvidos pelo NTOU, como os que foram de fato executados – para que fosse possível estabelecer uma análise comparativa, observando as características e divergências entre as propostas iniciais e os projetos executados. Sobre o projeto específico do Cais do Sertão, consultar Brendle e Vieira (2012).

R\$ 140 mi para novos empreendimentos no Bairro do Recife

Obras do Porto Novo Recife já estão em andamento e projeto deve ser concluído no começo de 2022. Para a construção cerca de 1.430 empregos serão gerados, e quando prontos, Hotel, marina e centro de convenções vão gerar mais de 3 mil postos de trabalho

Por **Matheus Jatobá**

11/03/20 às 07H00 atualizado em 10/03/20 às 17H46

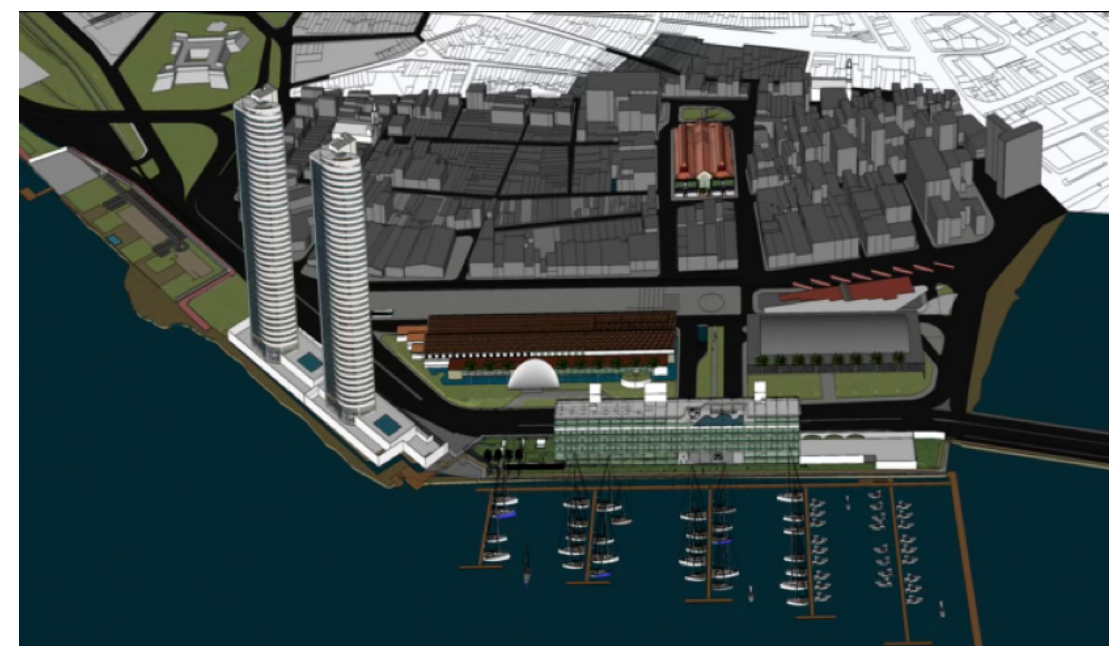
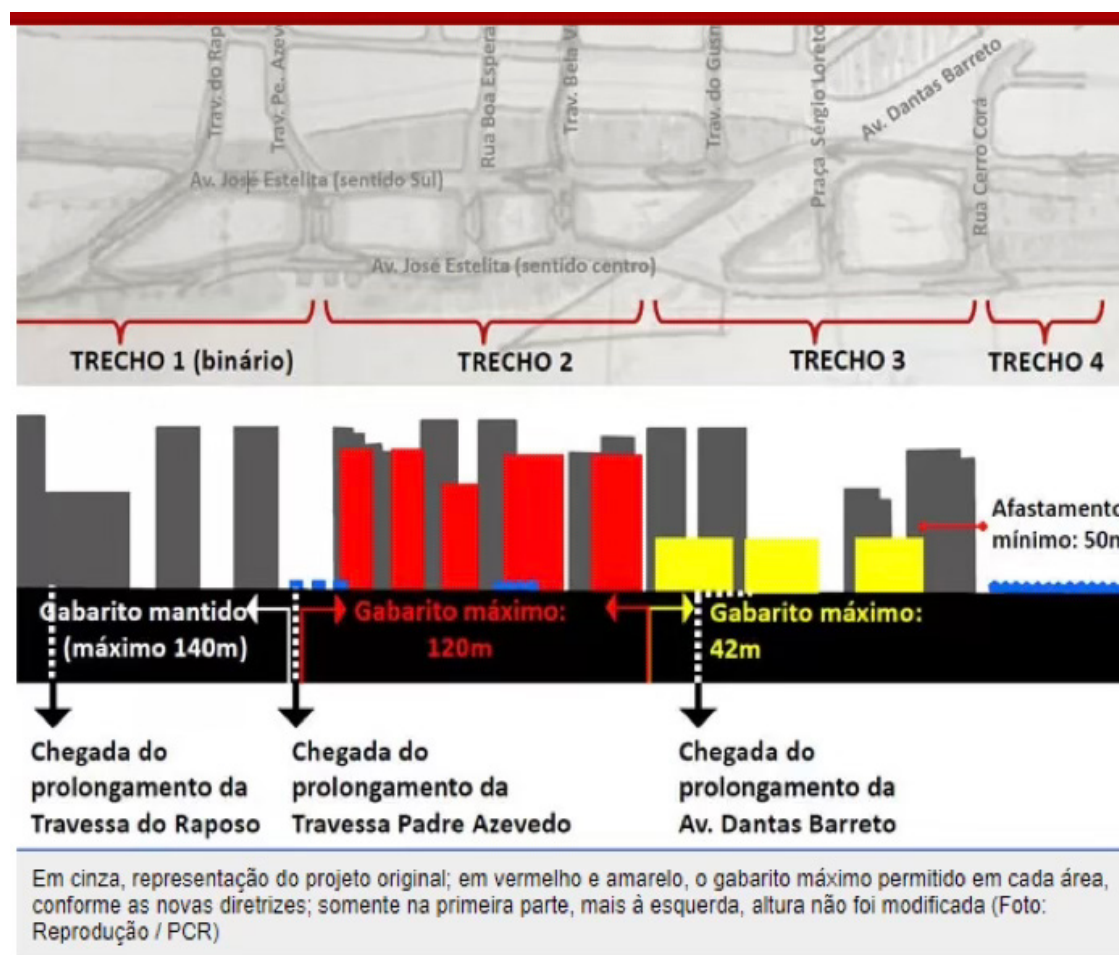


Figura 18 - Manchete anunciando obras que seriam localizadas em São José, apesar de se referir no texto ao Bairro do Recife. Fonte: Folha de Pernambuco, 11 de março de 2020. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/r-140-mi-para-novos-empresendimentos-no-bairro-do-recife/133029/>. Figura 19 - Manchete anunciando o futuro “novo pólo turístico do Recife”. Fonte: Jornal do Comércio, 21 de setembro de 2021. Disponível em: <https://jc.uol.com.br/colunas/jc-negocios/2021/09/13604290-com-hotel-marina-e-centro-de-convencoes-cais-de-santa-rita-sera-novo-polo-turistico-do-recife-em-dois-anos.html>. Figuras 20 e 21 - Manchete anunciando a retomada das obras que haviam sido paralisadas no contexto da pandemia de Covid 19 e fotografia da obra com as “torres gêmeas” ao fundo. Fonte: Jornal do Comércio, 25 de maio de 2021. Disponível em: <https://jc.uol.com.br/economia/2021/05/12128329-obras-de-hotel-marina-e-centro-de-convencoes-no-centro-do-recife-sao-retomadas-veja-como-vao-ser-os-empresendimentos.html>. Figura 22 - Maquete eletrônica de divulgação do complexo multiuso com hotel, marina e centro de convenções. Observe que, na massa do tecido de São José, foram apenas destacados o Mercado de São José (bem ao centro) e o Forte da 5 Pontas (à esquerda). Fonte: Diário de Pernambuco, 10 de março de 2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2020/03/investimento-de-r-140-mi-e-geracao-de-emprego-em-complexo-multiuso.html> Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

Figura 23 - Divulgação das “diretrizes para o redesenho do projeto novo recife”. Fonte: G1, 10 de setembro de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/penambuco/noticia/2014/09/prefeitura-divulga-diretrizes-para-redesenho-do-projeto-novo-recife.html> Acesso em 10 de fevereiro de 2024.



A maquete ilustrativa de divulgação do complexo: marina, hotel e centro de convenções mostra uma profunda relação com as torres vizinhas e, reparem, com o Mercado São José (sobre essa relação consultar Vieira-de-Araújo, 2021 e Vieira-de-Araújo, Natário Neto, Araújo, 2019). É possível observar ainda na maquete a referência ao Forte da 5 pontas, que comentaremos mais adiante.¹⁶

É preciso ainda lembrar que, antes do início das obras desse complexo hotel-marina-centro de convenções, foi aprovado o megaempreendimento imobiliário para o Cais José Estelita, que se autodenomina “Novo Recife”, e já estava em pleno processo de construção desde o final de 2020 (figuras 26, 27 e 28). Apesar da enorme luta de um movimento potente como o Ocupe Estelita¹⁷, os ganhos não foram suficientes para preservar as especificidades da área. Infelizmente, apesar dos alertas e reflexões, como as desenvolvidas por Veras (2017) a partir da fratura que foi a construção das “torres gêmeas sobre a importância material e imaterial dessa paisagem sensível do Recife, e dos movimentos de resistência, o projeto Novo Recife foi aprovado em 22 de dezembro de 2015.

16 Consultar vídeo disponível em Hotel-marina e centro de convenções começam a ser construídos em armazéns do Porto do Recife | Pernambuco | G1 . Acesso em 05 de agosto de 2025.

17 Sobre o Estelita já possuímos um arquivo enorme e belo de matérias jornalísticas, artigos, teses, dissertações, vídeos, etc, que analisam em profundidade o processo do Ocupe Estelita e da aprovação deste megaempreendimento. Em 16/11/2014, o Ocupe Estelita recebeu a visita ilustre de David Harvey, ciceroneado pela professora Suely Leal, quando deu um depoimento emocionado: “Eu escrevo sobre Direito à Cidade, vocês o praticam” (<https://youtu.be/DxW-InT8XHk>). Apenas alguns exemplos de matérias e artigos: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.167/5193> ; <https://www.select.art.br/o-que-ha-por-tras-do-ocupe-estelita> ; https://marcozero.org/tese-de-doutorado-fortalece-tombamento-do-estelita/?fbclid=IwAR1UfNwAyekflmOKYIhtZsvRWGLPpyepismYE3C1ZYjpQi78DY8EsE_E7aU ; <https://marcozero.org/a-prefeitura-e-a-politica-do-quanto-mais-escondido-melhor/>



Acima, vemos a imagem veiculada ao público para apresentação das diretrizes para o projeto após a revisão conduzida pela Prefeitura durante o segundo semestre de 2014, em resposta à pressão popular. Observa-se que a escala do empreendimento era ainda maior na proposta inicial, mas que a mudança continua sendo esmagadora para a escala tradicional do bairro, o que fica muito claro ao se observar na imagem, em azul, no canto direito do esquema gráfico, a quase imperceptível, linha de armazéns teoricamente preservados.

Se passarmos às imagens de publicidade do empreendimento, mais uma vez chama atenção a “valorização” do que está sendo “preservado” e a valorização da paisagem a partir dos empreendimentos. O vídeo de divulgação de onde foram capturadas as imagens abaixo valorizam a “vista permanente” e destacam a “revitalização dos galpões preservados” (figura 25). Podemos observar como tais galpões permanecem na paisagem quando olhamos o círculo vermelho por nós inserido na figura 23 para vermos onde se encontram, ao lado do viaduto das 5 Pontas e entre “torres gêmeas” e o Novo Recife. No mesmo vídeo de divulgação temos frases como: “A aurora de um Recife novo chegou”; “[...] conectado à beleza clássica do centro histórico da cidade”; “um novo tempo chegou: um Recife novo”.

Esse megaempreendimento foi aprovado junto com alguns compromissos de contrapartida preservacionista como: a derrubada do Viaduto das Cinco Pontas, reestabelecendo o protagonismo do Forte das 5 Pontas; a recuperação dos Armazéns junto ao viaduto; a realização de um parque linear na área valorada pelo Iphan do Parque Ferroviário das Cinco Pontas. Vejamos como andam as prioridades. Nas imagens abaixo, vemos em momentos diferentes como está andando a construção das torres e em que situação se encontram os Armazéns que deveriam (devem?) ser preservados.

Figura 24 - Divulgação do empreendimento “Mirante do Cais”, parte do projeto “Novo Recife”. Fonte: Moura Dubeux editado pela autora. Disponível em: https://ofertas.mouradubeux.com.br/mirante-do-cais?utm_source=Google-Search&utm_term=MiranteDoCaisSearch-LP&gclid=Cj0KCQjwZmEBhCpARIsALiZmLZ_E4gHqA_IITJp1vYevQ7WWX-ePFT2FOQweFbPvx4-Z8PPn9URlaAksEALw_wcB Acesso em 20 de julho de 2025. Figura 25 e 26 - Divulgação do empreendimento “Mirante do Cais”, parte do projeto “Novo Recife”. Fonte: Moura Dubeux. Disponível em: https://ofertas.mouradubeux.com.br/mirante-do-cais?utm_source=Google-Search&utm_term=MiranteDoCaisSearch-LP&gclid=Cj0KCQjwZmEBhCpARIsALiZmLZ_E4gHqA_IITJp1vYevQ7WWX-ePFT2FOQweFbPvx4-Z8PPn9URlaAksEALw_wcB Acesso em 20 de julho de 2025.

Figuras 27 e 28 - Vista da primeira torre em construção e trecho dos Armazéns sem qualquer vestígio de requalificação. Fotos: Natália Vieira, dezembro de 2020. Figuras 29 e 30 - Vista das três primeiras torres em construção já perceptíveis de vários ângulos. Fotos: Natália Vieira, abril de 2021. Figuras 31, 32, 33 e 34 - Vista das três primeiras torres finalizadas e Armazéns sem qualquer sinal de intervenção. Fotos: Natália Vieira, maio de 2024.



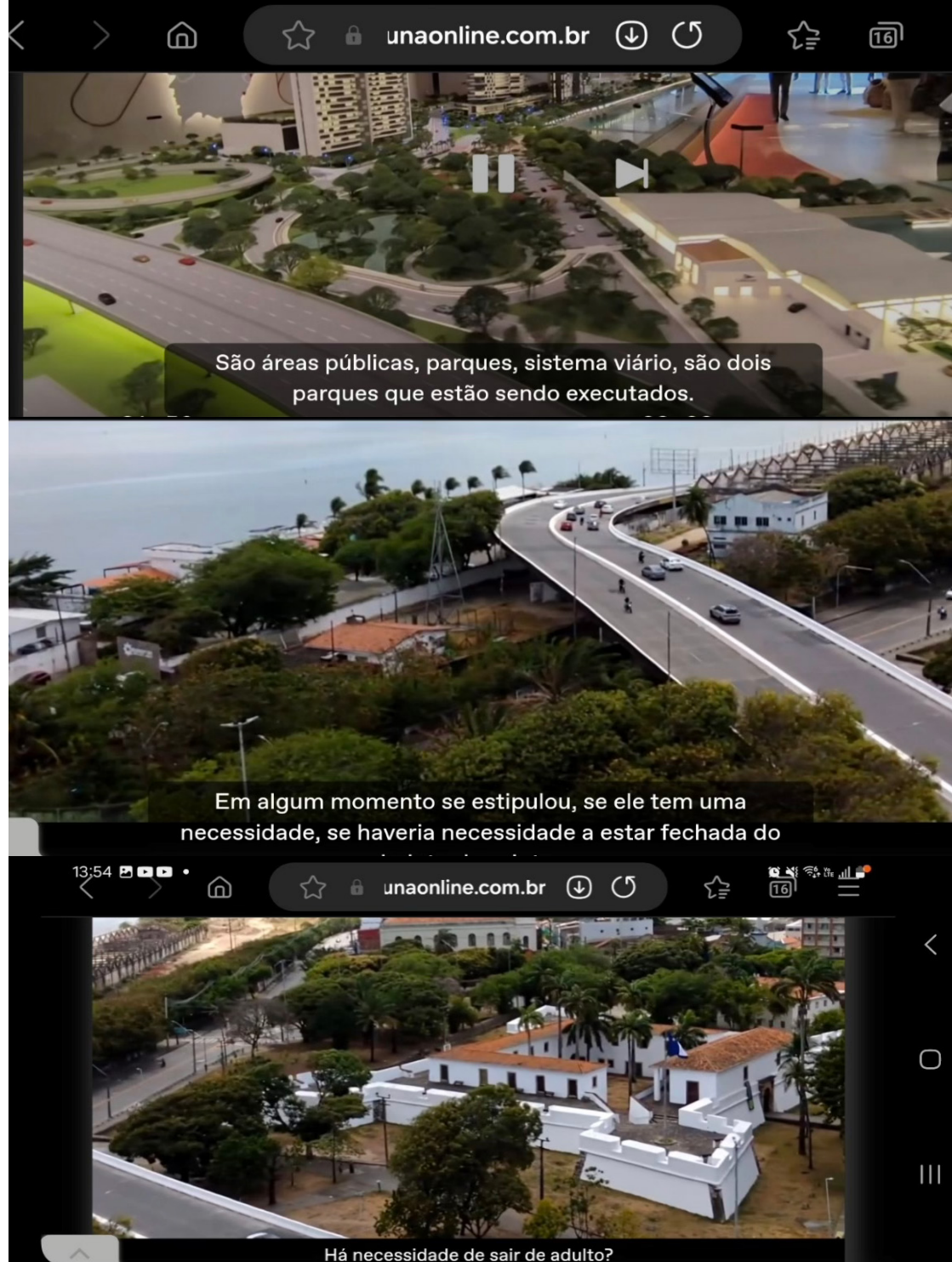
Figuras 35 e 36 - Vista das três primeiras torres finalizadas e Armazéns sem qualquer sinal de intervenção. Fotos: Natália Vieira, julho de 2025. Figura 37 - Luxuosa maquete do empreendimento exposta no Shopping Rio Mar a partir de maio de 2025. Fotos: Natália Vieira, junho de 2025. Figura 38 - Luxuosa maquete do empreendimento exposta no Shopping Rio Mar a partir de maio de 2025. Fotos: Natália Vieira, junho de 2025.

Assim, o “horizonte vertical obscuro”, “fora de contexto e fora de cena” identificado por Veras (2017) vai se concretizando. Na maquete exposta, o Parque Ferroviário, as áreas verdes e a requalificação dos Armazéns são “valorizados”. Na execução, as prioridades são bem claras. Faz-se referência à maquete como o “parque Estelita”. O tapume das novas torres, que serão as próximas a serem construídas, agora refletem grandes letreiros com as palavras “ressignificar”, “revitalizar” (figura 31)¹⁸. E assim seguimos observando a captura dos discursos preservacionistas para a concretização de empreendimentos que se pautam pelo contraste e pela apologia ao “novo”. No programa da TV Tribuna “O melhor do Nordeste”, edição do dia 03/05/2025, foi veiculada a coletiva de imprensa para apresentação do Parque Estelita e do Parque da Memória Ferroviária, realizado em parceria com o Iphan para a área valorada do Parque Ferroviário das Cinco Pontas.¹⁹ As imagens chocam porque vemos a supremacia das

18 Caminhada realizada a convite do grupo Jane's Walker, núcleo Recife, sob a coordenação das professoras Lívia Nóbrega e Vera Freire, com a participação da presente autora e da professora Iana Ludermiter. A caminhada, aberta ao público e divulgada nas redes sociais, seguiu do Cais Estelita até a praça da República com paradas estratégicas discutindo a questão proposta pelas coordenadoras: todo espaço livre é público?

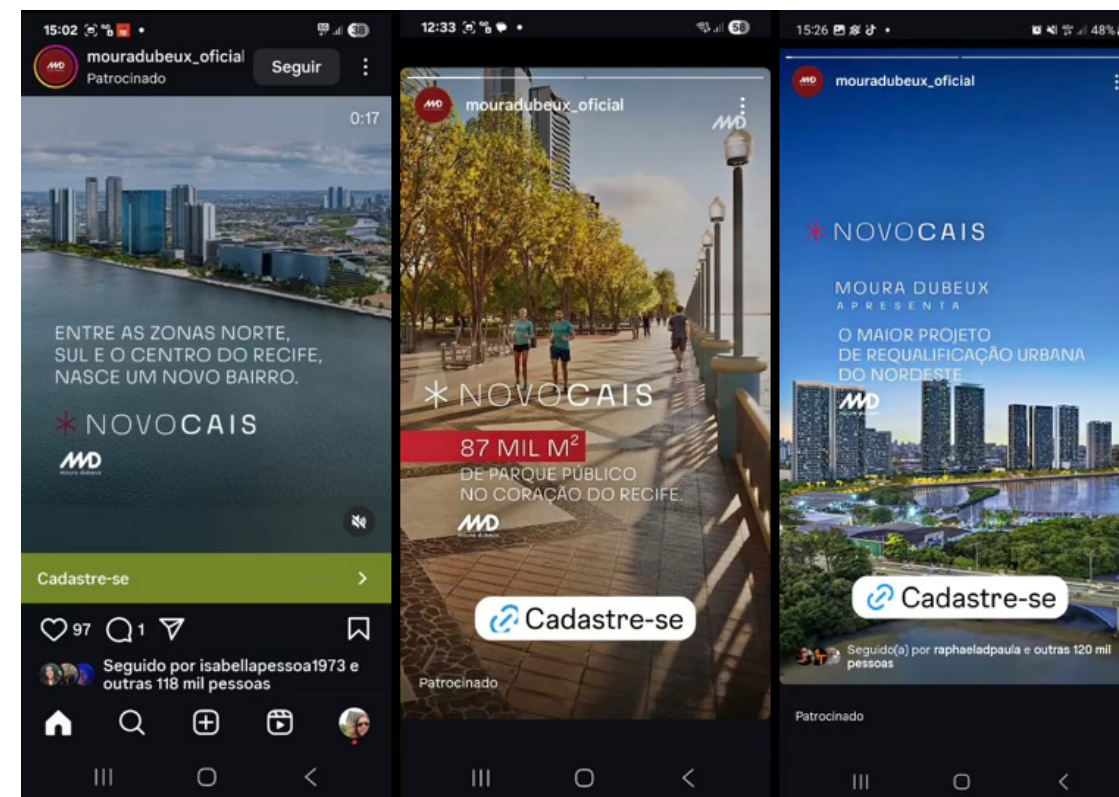
19 Vale destacar o esforço hercúleo de técnicos do Iphan-PE na busca e construção de acordos que garantam a execução do Parque da Memória Ferroviária que, por ser área valorada pelo Iphan, sobreviveu ao megaempreendimento. No momento em que estávamos fechando o presente artigo, tivemos notícia que seria realizado, nos dias 11 e 12 de agosto de 2025, um evento, para convidados, em formato similar a um workshop, para discussão dos usos a serem inseridos no Armazéns que devem ser requalificados. Entendemos o quanto técnicos do campo da preservação inseridos tanto no Iphan quanto na Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, ou seja, nos níveis federal e municipal, têm lutado para garantir que algo seja de usufruto da população em geral. As prioridades dos empreendedores, entretanto, ficam claras no processo de execução. Também procuramos contribuir com essa discussão, a pedido do IPHAN-PE, com a construção de um parecer técnico (VERAS, Lúcia; VIEIRA, Natália; PEREIRA, Júlia. *Contribuições à construção de diretrizes para implantação do Parque da Memória Ferroviária das Cinco Pontas*. Parecer Técnico. Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2024).

Figuras 39, 40 e 41 - Imagens capturadas do programa da TV Tribuna "O melhor do Nordeste", edição do dia 10/05/2025, coletiva de imprensa para lançamento do Parque Estelita e do Parque da Memória Ferroviária. Fonte: <https://tribunaonline.com.br/o-melhor-no-nordeste?home=pemambuco>, programa de 10/05/25, a partir do minuto 20:35.



torres gigantes sobre os parques que são utilizados para legitimar o empreendimento.

No programa, a contrapartida esperada da demolição do Viaduto Forte das Cinco Pontas já começa a ser veiculada como um caso a ser “estudado”. O CEO da Moura Dubeux, Diego Villar, informa que “a Prefeitura vai decidir o que é melhor para a cidade” e que o empreendimento executará o que ficar decidido. Levanta ainda possíveis cenários que podem ser a confirmação da demolição ou a decisão de investimento desse recurso em algo “que seja mais necessário para a cidade.” O vice-prefeito do Recife, Victor Marques, complementa informando que o caso está sendo estudado por especialistas de mobilidade urbana e que a demolição só será realizada “com muita segurança do ponto de vista viário”. Ressalta ainda o desejo de “abrir essa janela”, mas que isso só será feito se não impactar na mobilidade. A figura 39 mostra bem a relação entre o viaduto e os Armazéns “preservados”, bem como a situação atual destes últimos. Prepara-se o caminho para desfazer acordos anteriores que eram pautados por preocupações com a paisagem histórica do Recife e ainda com o discurso do “investimento” em algo “mais necessário”. Aguardemos.



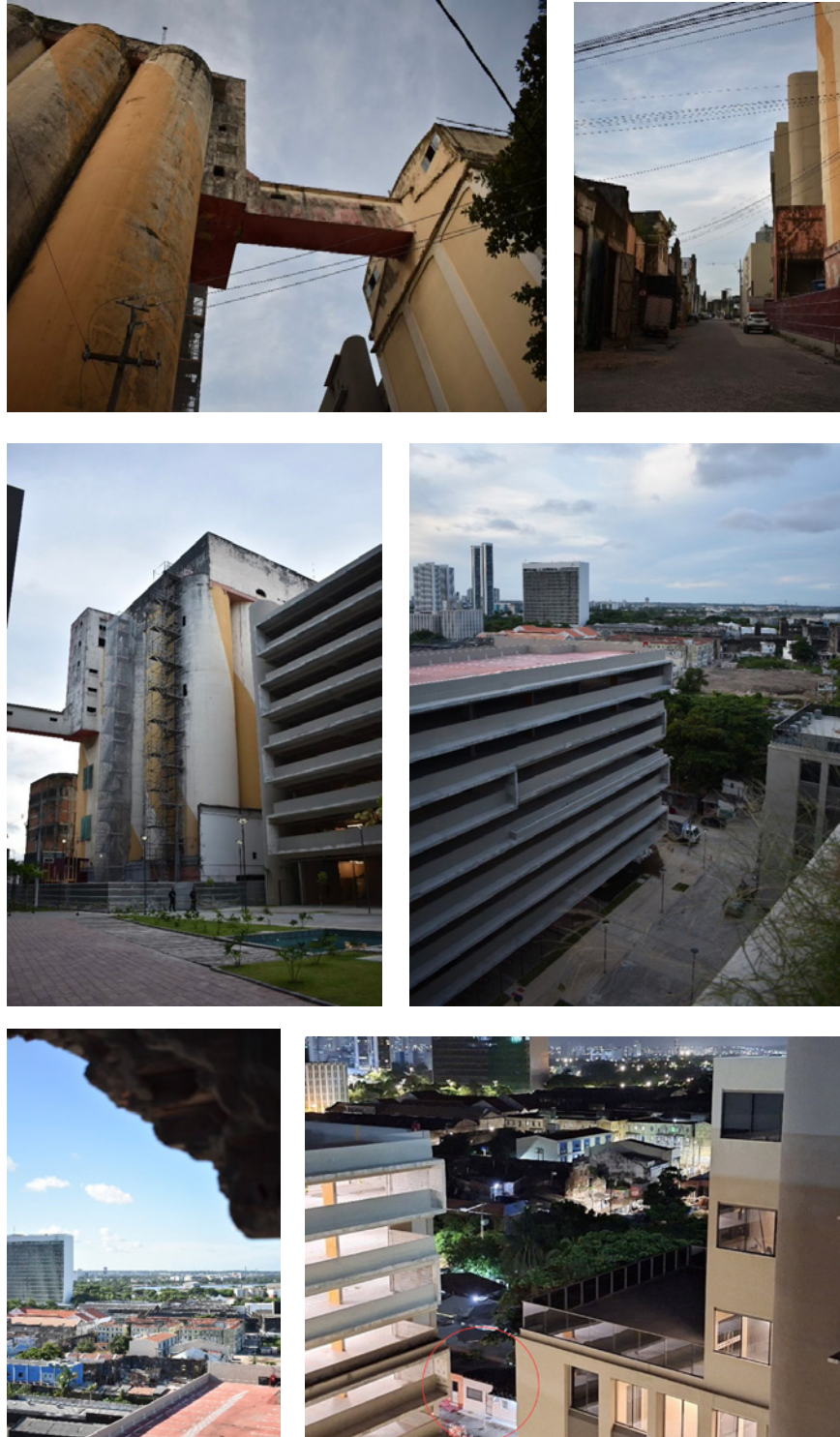
Figuras 42, 43 e 44 - Imagens capturadas do programa da conta pública do Instagram da Moura Dubeux com a campanha publicitária sobre o empreendimento. Fonte: @mouradubeux_oficial.

E a apologia ao “novo” segue fortalecida, ainda trazendo explícito a sua dissociação da área central e “velha” do Recife. A frase publicitária que constrói a narrativa de construção de um novo bairro é contundente e poderíamos desenvolver todo este artigo a partir dela: “Entre a zona norte e o centro do Recife, nasce um novo bairro: o Novo Cais”. O que precisa ser objeto de reflexão é: a quem atende esse discurso? Qual a percentagem da população pernambucana vai poder usufruir deste “novo bairro” e desta “vista permanente”? 87 mil metros quadrados de parque público no jardim de torres milionárias com apartamentos de mais de 200 metros quadrados.

Para finalizar esse voo de pássaro panorâmico, retornemos mais uma vez para o Bairro do Recife na Ilha do Recife e observemos o “retrofit” do Moinho Recife atualmente em curso. Para este caso, sugerimos a consulta a Vieira (2023) cujas reflexões levam à seguinte conclusão:

[...] ficou evidente o caráter de continuidade que a intervenção no antigo Moinho Recife tem em relação às dinâmicas que se desenrolaram no Bairro do Recife há 30 anos. Mesmo partindo de um retrofit, o modo que o empreendimento se desenvolve contribui para a continuidade de um processo de elitização, legitimando e induzindo à construção de novas espacialidades que podem inclusive contribuir para a desvalorização do estoque construído antigo do bairro. A construção do complexo multiuso exerce influência ainda sobre a Comunidade do Pilar, reduto habitacional existente no bairro, mantendo o tratamento segregado que essa população recebe desde a década de 90. Adequando-se e usufruindo da influência do Porto Digital, o novo funcionamento do bairro que se inicia a partir do lançamento do Moinho Recife Business & Life parece perpetuar os mesmos padrões estabelecidos anos antes (Vieira, 2023).

Aqui apresentaremos apenas algumas imagens produzidas por Rebeca Vieira e outras pela presente autora para seguirmos no nosso voo panorâmico.



O projeto do empreendimento *Moinho Recife Business and Life* traz a inovação do reuso de silos industriais para o uso habitacional, algo ousado e aliado à intenção de explorar nosso estoque construído patrimonial industrial que pode ser assinalado como seu ponto positivo. Porém, junto com esse reuso vem um adensamento construtivo e um mix de usos voltados mais uma vez a um público bastante exclusivo. Isso tudo ao lado da área mais socialmente frágil do bairro que abriga a maior parte de seus atuais residentes: a Comunidade do Pilar.

A figura 45 mostra a Rua Bernardo Vieira de Melo, que separa o Moinho da área ocupada por esta comunidade. A figura 48 mostra a vista, a partir de um dos rasgos em processo de construção nos silos para inserção de unidade habitacional, que descortina o conjunto residencial construído na Comunidade do Pilar e a área que ainda aguarda requalificação. Na imagem da figura 49, em fotografia retirada a partir da laje onde se localiza o restaurante “Moendo na Laje” olhando para o edifício garagem construído para o novo complexo, no círculo em vermelho destacado vê-se a escala das residências da comunidade de baixa renda que se limita com a entrada do

edifício garagem na Rua do Moinho. Sobre o espaço e a atenção que tem sido dada à Comunidade do Pilar ao longo dos últimos 30 anos e as contradições com outras intervenções, sugerimos consultar Jordão (2017) e Jordão e Vieira-de-Araújo (2025).

Gigante por sua própria natureza? O “novo” e a captura de discursos da preservação

Não seria a área central do Recife já gigante, em termos de patrimônio cultural e paisagem antes das intervenções panoramicamente apresentadas aqui? Nessa queda de braço entre gigantes culturais e torres e empreendimentos gigantes (em escala) que visam a exploração econômica e turística, alheia a maior parte da população recifense, esse quadro nos parece demonstrar, com pesar, que a luta não tem sido equilibrada.

Essa luta desigual está também associada ao quanto a apologia do “Novo” faz eco em nossa sociedade pernambucana e brasileira: o novo Recife, o novo Cais, um novo bairro, o Novotel, etc. Apesar disso, todas essas novidades buscam respaldo e tiram proveito da vista, da proximidade com o “clássico centro histórico” e se apresentam como propostas de “ressignificação”.

Além das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural focadas nos aspectos históricos e patrimoniais, algumas aqui referenciadas, é preciso destacar e relacioná-las às pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisas em Mercado Imobiliário e Fundiário, também da UFPE. Estas últimas demonstram, numericamente, por um lado, o quanto o mercado imobiliário já está totalmente atraído para a área central e, por outro lado, quais as consequências para o estoque construído antigo da convivência com essas novas torres, em termos de valorização imobiliária. Ou seja, o “efeito multiplicador” de que tanto se fala em termos de “revitalização” da área, significa a permanência ou o estímulo à substituição progressiva desse estoque antigo?

Ao reconhecer uma condição de tensão entre o tecido urbano consolidado e as novas espacialidades residenciais, produzidas pelo mercado sobretudo a partir da década de 2010 (Bernardino, 2018), deu-se continuidade ao levantamento de projetos em fase de licenciamento e recentemente aprovados. No sentido de compreender como a área central recifense, preterida enquanto localização residencial durante ciclos imobiliários precedentes, viria a participar da dinâmica habitacional da cidade, foram analisadas as características dos empreendimentos e as suas estratégias de mercado.

[...] A produção de inovações imobiliárias residenciais, capaz de criar novas demandas e expectativas de consumo, fundamenta os processos de promoção da obsolescência funcional, simbólica e programada de imóveis e de tecidos urbanos mais antigos, os quais passam a ocupar posições diferentes no sistema hierárquico de valorização de tipologias e de localizações residenciais (Bernardino, 2023, p. 49-50).

Aproveitemos, enquanto é possível, a fruição da paisagem registrada na imagem abaixo, onde já podemos perceber o forte impacto do “horizonte vertical obscuro” (Veras, 2017). Infelizmente, nessa imagem, podemos “ligar os pontos” para ver quais gigantes se sobressairão nessa paisagem.



E, já que estamos falando de patrimônio cultural e da cidade das águas e do mangue, talvez a melhor forma de terminar seja mobilizando Chico Science e sua leitura sobre a cidade. Os desejos são de todos, os atendidos são apenas alguns poucos.

[...]
 E a cidade se apresenta centro das ambições
 Para mendigos ou ricos e outras armações
 Coletivos, automóveis, motos e metrô
 Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs
 A cidade não para
 A cidade só cresce
 O de cima sobe
 E o de baixo desce
 A cidade não para
 A cidade só cresce
 O de cima sobe
 E o de baixo desce
 [...]
 A Cidade, Chico Science

Referências

ARAÚJO, Laryssa Soares de. Dos significados do cotidiano à gestão da conservação: uma imersão para Santo Antônio, Recife-PE. *Dissertação (Mestrado)*, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024. 257f.: il.

BERNARDES, Denis, 1947-2012. *Recife, o caranguejo e o viaduto* / Denis Bernardes. 2a. ed. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013. 194 p. : il. – (Coleção Nordestina).

BERNARDINO, Iana. Inovações imobiliárias residenciais ressignificando áreas centrais brasileiras. *Bitácora Urbano Territorial*, 33(III), 2023. <https://doi.org/10.15446/bitacora.v33n3.109570> p. 45-58.

BORGES, Julyana Alecrim. A construção da ideia de Elementos Veiculadores da Significância Cultural: Uma abordagem metodológica sensível para a conservação aplicada aos Bairros de Santo Antônio e São José, Recife. *Dissertação (Mestrado)* – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

BRANDÃO, Zeca. *Núcleo Técnico de Operações Urbanas: estudos 2007 - 2010*. Recife: Cepe, 2012.

BRANDÃO, Zeca. *Depoimento realizado à autora via email*. Recife, 2018.

BRASIL. *Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007*. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11483.htm. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRENDLE, Betânia; VIEIRA, Natália Miranda. Cais do Sertão Luiz Gonzaga no Porto Novo do Recife. Destruição travestida em ação de conservação. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 150.03, **Vitruvius**, nov. 2012 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.150/4460>>.

CABRAL, Renata; PONTUAL, Virgínia. Transformações do território e representações cartográficas: o istmo de Olinda e Recife. In: *Anais IV Simpósio Luso-brasileiro de cartografia histórica*. Porto: IV Simpósio Luso-brasileiro de cartografia histórica, 2011.

Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural. Prefeitura da Cidade do Recife. *Diagnóstico Propositivo para as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Cultural (ZEPP)*. Recife: DPPC, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1vbWzCA730sp5bhl-pfXDKGIhLkZol-M/view>. Acesso em: 25/03/2020.

DUTRA, Isabela Duarte. (Re)significando São José: a construção da Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade. *Trabalho de Conclusão de Curso*, Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFPE, 2018.

FREITAS, Maria Luiza Macedo Xavier de. Recife romântico dos crepúsculos das pontes: a ponte Maurício de Nassau pelo viés da cultura técnica. *Anais do 3º. Congresso Internacional da História da Construção Luso-brasileira*. Salvador: 3CIHCLB / NTPR / UFBA, 2019.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA [FIDEM] RECIFE. Região Metropolitana do Recife; *Plano de Preservação de Sítios Históricos [PPSH]*. Recife, 1978.

GOMES, Geraldo. *Arquitetura do Ferro no Brasil*. São Paulo: Editora Nobel, 1985. 244 p.

GOMES, Geraldo. *O Mercado de São José*. Recife: mimeo, 1979.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins (Org.). *Lugares de memória da escravidão e da cultura negra em Pernambuco*. Recife: CEPE, 2023. 300p. Disponível em: <https://editora.cepe.com.br/livro/lugares-de-memoria-da-escravidao-e-da-cultura-negra-em-pernambuco>

IPHAN. *Recife (PE)*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [Portal da Internet], [20--]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/352/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

JORDÃO, Manoela. *Fora de Portas: a comunidade do Pilar no planejamento urbano do Bairro do Recife*. 2017. *Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo)* – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

JORDÃO, Manoela; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. O abismo entre as práticas preservacionistas e a garantia do direito à moradia digna: o emblemático caso da Comunidade do Pilar no bairro do Recife. In: Natália Miranda Vieira-de-Araújo. (Org.). *O campo preservacionista no Brasil: da teoria ao projeto*. 1aed. Recife: Editora UFPE, 2025, p. 469-507.

LACERDA, Norma. Intervenções no Bairro do Recife e no seu entorno: indagações sobre a sua legitimidade. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 621-646, set./dez. 2007.

LAPA, Tomás Albuquerque. *Grandes cidades constroem-se com edifícios grandes?* Recife: Editora da UFPE, 2011.

LUBAMBO, Cátia W. *O Bairro do Recife entre o Corpo Santo e o Marco Zero: a Reforma Urbana do início do século XX*. Recife: Cepe/Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

MENDONÇA, Adriana. Grandes projetos urbanos e gestão pública: a renovação da área portuária do Recife. 2014. 179 f. *Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano)* – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MENEZES, José Luiz Mota (Org.). *Atlas Histórico Cartográfico do Recife*. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. URB Prefeitura do Recife. Recife. 1988.

MENEZES, José Luiz Mota. *Mobilidade Urbana no Recife e Seus Arredores*. Recife: CEPE Editora, 2015.

MOREIRA, Fernando Diniz. A aventura do urbanismo moderno na Cidade do Recife, 1900-1965. In: Leme, Maria Cristina da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo : Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

NASCIMENTO, José Clewton. Diário da Quarentena, anotações e desenhos para aulas. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/joseclewton.donascimento>. Acesso em: 30/04/2020.

NASLAVSKY, Guilah. *Arquitetura Moderna no Recife, 1949-1972*. 1a. ed. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012. 150p.

OUTTES, Joel. *O Recife pregado à cruz das grandes avenidas: contribuição à história do urbanismo (1927-1945)*. Recife: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, 1991.

PICCOLO, Rosane; PONTUAL, Virgínia. A demolição e a conservação das áreas centrais: planos, leis e transformações morfológicas no Recife, BR. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. *Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Univ. de Barcelona, 26-30/05/2008.

PONTUAL, Virgínia; CABRAL, Renata; PEREIRA, Juliana Melo; LIRA, Flaviana (Org.). *São José - Olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2021.

PONTUAL, Virgínia; et al. Desafios à interface da interpretação com a conservação do Patrimônio Cultural: o caso do Istmo de Olinda e Recife, Brasil. Olinda: CECI, *Textos para Discussão*, Série 3 – Identificação do Patrimônio Cultural, 2007.

PONTUAL, Virgínia; MILFONT, Magna; PICCOLO, Rosane. O antigo e o moderno no Recife: as práticas e a construção de identidades urbanísticas. *Anais XII ENANPUR – XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belém: 2007.

PONTUAL, Virgínia. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, pp. 417-434. 2001.

REYNALDO, Amélia. *As catedrais continuam brancas*. Recife: Cepe Editora. 2017.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos; LAGE, Claudia. Salvem Estelita! Patrimônio cultural do Brasil em risco. *Arquitextos*, São Paulo, ano 21, n. 248.04, Vitruvius, jan. 2021 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.248/8001>>.

SUAPE. Conheça SUAPE. Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros [Portal da Internet], [20--]. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/news/mat.php?id=27>. Acesso em: 15 dez. 2022.

VERAS, Lúcia Maria Siqueira Cavalcanti. *Paisagem-postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. 408p.

VIEIRA, Natália Miranda. *Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos nas fases de formulação e implementação de programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Editora da UFPE, 2007.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda; NATÁRIO NETO, Claudionor da S.; ARAÚJO, Laryssa S. Refletindo sobre a Requalificação do Mercado Eufrásio Barbosa (Olinda) e do Mercado de São José (Recife): Turistificação nas práticas de preservação contemporâneas? *Anais do 3o Simpósio Científico do ICOMOS Brasil*, Belo Horizonte, 2019.

VIEIRA, Natália Miranda. O Cais José Estelita e a crônica de (mais) uma morte anunciada: Será esse o triste fim de um símbolo de resistência e luta pelo direito à cidade? 224.07 Recife, 19 mar. 2019, Minha Cidade – *Vitruvius*. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/19.224/7307>. Acesso em: 20/03/20.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda; SOUTO MAIOR, Gabriela ; ARAUJO, Clara P. S.. Intervindo sobre a preexistência: o projeto “Porto Novo” no Bairro do Recife e a distância entre plano e implementação. In: Natália Miranda Vieira-de-Araújo. (Org.). *O campo preservacionista no Brasil: da teoria ao projeto*. 1aed.Recife: Editora UFPE, 2025, p. 367-394.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Valores, significância, materialidade e imaterialidade: a relação (simbiótica) entre mercado e bairro de São José. In: Virginia Pontual; Renata Cabral; Juliana Melo Pereira; Flaviana Lira. (Org.). *São José - Olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife*. 1aed.Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2021, p. 195-234.

VIEIRA, Rebeca Maria Cerqueira. Recife e o Moinho: uma análise do projeto Moinho Recife e sua relação com os planos de requalificação urbana do Bairro do Recife. *Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo)* – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. 152 p.